

ANTONIO MARCOS DE MELLO DOS SANTOS – TIBAGI
CNPJ: 09.638.695/0001-06
End.: Rua Desembargador Mercer Junior, 1273, Centro, Tibagi – PR CEP 84300-000
Fone: (42) 3275-3121

Ao
Órgão Contratante PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBAÚ
Ref.: Edital de Pregão Presencial nº 39/2021
A/c: Ilustríssimo Senhor Pregoeiro **Francisley Pereira**

IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

A Empresa **ANTONIO MARCOS DE MELLO DOS SANTOS TIBAGI**, inscrita no CNPJ sob o nº **09.638.695/0001-06**, com sede na rua Desembargador Mercer Junior, 1273, Centro, na cidade de Tibagi, no estado do Paraná, CEP 84300-000, neste ato representada por seu Representante Legal, o Sr. **Antonio Marcos de Mello dos Santos**, portador da Carteira de Identidade nº 24.636.530-4 SSPPR, inscrito no CPF sob o nº 766.674.569-91, vem, respeitosamente, na forma do Edital de Pregão Presencial nº **39/2021**, bem como na forma da legislação vigente, conforme o art. 41 da Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2002 e no art. 24 do Decreto Federal nº 10.024/2019, em tempo hábil, à presença de Vossa Senhoria a fim de IMPUGNAR os termos do Edital em referência, pelo que expõe para ao final requerer o seguinte::

I– TEMPESTIVIDADE:

A presente Impugnação é plenamente tempestiva, uma vez que o prazo para protocolar o pedido é de 02 (dois) dias úteis contados antes da data fixada para recebimento da proposta e documentos de habilitação.

Considerando o prazo legal para apresentação da presente impugnação, são as razões ora formuladas plenamente tempestivas, uma vez que o termo final do prazo de impugnação se dá em 17 de junho do corrente ano, razão pela qual deve conhecer e julgar a presente impugnação.

II– FATOS:

A Licitante tem pleno interesse em participar da licitação supramencionada para **Contratação Serviços Terceirizados de Limpeza Interna e Externa**, conforme Objeto constante no Edital de Contratação e Termo de Referência anexo ao edital.

Ao verificar as condições para participação na licitação citada, constatou-se que trata-se de procedimento licitatório na modalidade de Pregão Presencial, onde em seu instrumento convocatório não observa-se de forma clara uma justificativa comprovada do uso da modalidade presencial e onde também se prevê a exigência de apresentar atestado/declaração de registro em órgão de classe no caso CRA (Conselho Regional de Administração) em nome da Pessoa Jurídica.

Diante do exposto, salientamos que segundo o Acórdão 894/2021 do Tribunal de Contas da União, é irregular o uso de Pregão Presencial sem justificativa da

comprovada inviabilidade de utilização da modalidade eletrônica. Ainda, não seria pertinente a exigência de registro junto ao Conselho Regional de Administração nas licitações para contratação de serviços que envolvam prestação de serviços terceirizados, na medida em que a atividade-fim de tais empresas não se relaciona diretamente com ações de administração.

Existem diversos Acórdãos do TCU que desobrigam as empresas prestadoras de serviços a se registrarem nos Conselhos regionais de administração. Entre eles:

1. Acórdão 894/2021 – Plenário
2. Acórdão 1.449/2003 – Plenário
3. Acórdão 116/2006 – Plenário
4. Acórdão 1264/2006 – Plenário
5. Acórdãos 2.475/2007 – Plenário
6. Acórdão 1841/2011 – Plenário
7. Acórdão 4608/2015 – 1ª Câmara

O Acórdão 2475/2007 – Plenário

As empresas de segurança e vigilância não estão obrigadas, por lei, quando no desempenho de sua atividade-fim, a realizar registro junto aos Conselhos Regionais de Administração para fins de participação em certame licitatório.

Acórdão 1841/2011 – Plenário

Atividades não relacionadas às específicas dos profissionais de Administração não exigem registro perante o Conselho Profissional da categoria.

Aindasobre o Acórdão 1841/2011 – Plenário, ficou consignado que o TCU **não concorda** “com a manifestação do CRA no sentido de que os serviços objetos da licitação em tela, por envolverem atividades de administração e seleção de pessoal com locação de mão de obra, se enquadram como atribuições específicas do campo do administrador”. (Relator: Ministro Augusto Sherman Cavalcanti. Sessão em 13/07/2001.)

Acórdão 4608/2015 – Primeira Câmara

Nas licitações públicas, é irregular a exigência de que as empresas de locação de mão de obra estejam registradas no Conselho Regional de Administração, uma vez que a obrigatoriedade de inscrição de empresa em determinado conselho é definida em razão de sua atividade básica ou em relação àquela pela qual preste serviços a terceiros, nos termos do art. 1º da Lei 6.839/1980.

Neste Acórdão, podemos destacar o seguinte:

8. *A jurisprudência desta Corte de Contas vem se assentando no sentido de não ser exigível das empresas de locação de mão de obra o registro nos Conselhos Regionais de Administração – CRA para a participação nas licitações da*

ANTONIO MARCOS DE MELLO DOS SANTOS – TIBAGI
CNPJ: 09.638.695/0001-06
End.: Rua Desembargador Mercer Junior, 1273, Centro, Tibagi – PR CEP 84300-000
Fone: (42) 3275-3121

administração pública federal. Somente nos casos em que a atividade fim das empresas licitantes esteja diretamente relacionada à do administrador é que a exigência de registro junto a Conselho Regional de Administração se mostra pertinente. Não é o caso da contratação de serviços de vigilância armada objeto do pregão em questão. (v.g. Acórdãos 2.475/2007, 1.449/2003 e 116/2006, todos do Plenário e Acórdão 2.308/2007 – 2ª Câmara.)

Não só o TCU manifestou-se sobre a ilegalidade da exigência de Registro no CRA de empresas prestadoras de Serviços terceirizáveis, vejamos dois casos:

1 – Apelação Cível : AC 0008214-16.2007.4.05.8000 AL 0008214-16.2007.4.05.8000 – TRF 5ª Região

EMENTA

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. EMPRESA DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO. OBRIGATORIEDADE DE INSCRIÇÃO NO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (CRA). INEXISTÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

1. É pacífica a jurisprudência dos tribunais pátrios no sentido de que é a atividade principal da empresa, segundo expresso no contrato social, que define em qual conselho profissional deve ser inscrita, para fins de fiscalização e controle.

2. Empresa voltada para prestação de serviço de limpeza, conservação e outros correlatos presta serviço comum, em cuja atividade-fim não se compreendem os atos privativos do profissional de Administração, não estando obrigada, pois, ao registro no Conselho Regional de Administração (CRA) (grifo nosso).

3. Fixação dos honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, a qual foi atribuído o valor de R\$ 1000,00 (mil reais), em consonância com o disposto no § 4º, do art. 20 do CPC, pelo que devem assim ser mantidos.

4. Apelação e remessa oficial improvidas.

Ainda nesta mesma Apelação Civil, o Relator entende, que:

Uma empresa que explora atividade de prestação de serviço de limpeza, conservação e serviços correlatos, seguramente desenvolve atividades que, se encaradas isoladamente, a submeteriam a um número infindável de órgãos profissionais, o que tornaria impossível ou extremamente difícil o exercício dessa atividade, na contramão do interesse público pelo exercício normal da atividade econômica de emprego, que deve ser o interesse maior buscado pela lei. Por isso, tem-se entendido que somente a atividade principal exercida pela empresa se submete à fiscalização e ao controle do conselho profissional respectivo.

2 – REMESSA EX-OFFICIO EM MS N° 2001.31.00.000229-5/AP

EMENTA

ANTONIO MARCOS DE MELLO DOS SANTOS – TIBAGI

CNPJ: 09.638.695/0001-06

End.: Rua Desembargador Mercer Junior, 1273, Centro, Tibagi – PR CEP 84300-000

Fone: (42) 3275-3121

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. EMPRESA DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA. REGISTRO NO CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO. ATIVIDADE-FIM. EXIGÊNCIA EDITALÍCIA. INVALIDADE.

1. A inscrição de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício profissional relaciona-se à atividade-fim, a teor do disposto no artigo 1º da Lei 6.839/80, razão pela qual as empresas de segurança e vigilância não se sujeitam a registro no Conselho Regional de Administração.

2. É inválida disposição editalícia que condiciona a participação dessas empresas no certame à apresentação de certidão comprobatória de sua inscrição perante o CRA.

3. Dentre as atividades fiscalizadas pelo Conselho Regional de Administração não estão inseridas as executadas pelas empresas de vigilância e segurança. As empresas de limpeza e conservação não estão sujeitas à inscrição no CRA pois na atividade básica não exige a presença de profissionais de Administração.

3. Remessa oficial improvidas.

3 Apelação Cível 2006.51.01.022714-3 – TRT 2ª Região

“ADMINISTRATIVO. EMPRESA CUJA ATIVIDADE PREPONDERANTE É A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA DE EDIFICAÇÕES E CORRELATOS – DESNECESSIDADE DE REGISTRO JUNTO AO CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO.

1. Empresa cuja atividade básica é a prestação de serviços, conservação e limpeza de edificações e correlatos, não exercendo atividade-fim na área de administração, não está sujeita à fiscalização pelo CRA nem obrigada a registrar-se nele.

Ainda sobre a Apelação Cível, o Relator destacou o que já decidiu o Egrégio Superior Tribunal de Justiça:

(STJ, SEGUNDA TUMA, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, REsp 1045731/RJ, DJe 09/10/2009)

Noutro giro, sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração, vale a transcrição dos artigos 2º e 15, da Lei 4.769/65, in verbis:

“Art. 2º – A atividade profissional de Administrador será exercida como profissão liberal ou não, mediante:

a) pareceres, relatórios, planos, projetos, arbitragens, laudos, assessoria em geral, chefia intermediária, direção superior;

b) pesquisas, estudos, análise, interpretação, planejamento, implantação, coordenação e controles dos trabalhos nos campos da Administração, como administração e seleção de pessoal, organização e métodos, orçamentos,

ANTONIO MARCOS DE MELLO DOS SANTOS – TIBAGI
CNPJ: 09.638.695/0001-06
End.: Rua Desembargador Mercer Junior, 1273, Centro, Tibagi – PR CEP 84300-000
Fone: (42) 3275-3121

administração de material, administração financeira, administração mercadológica, administração de produção, relações industriais, bem como outros campos em que esses se desdobrem ou aos quais sejam conexos. “ (grifei).

(...)

“Art. 15. Serão obrigatoriamente registrados nos C.R.T.A. as empresas, entidades e escritórios técnicos que explorem, sob qualquer forma, atividades do Técnico de Administração, enunciadas nos termos desta Lei.”. (Grifei)

Logo, está obrigada a ser registrada no Conselho Regional de Administração a empresa cuja atividade fim esteja prevista no rol do art. 2º da Lei nº 4.769/65, supra citado.

In casu, no contrato social (fls. 12/16) da Apelada – MURALHA SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA. – consta:

“CLÁUSULA TERCEIRA: A Sociedade tem por objetivo social a prestação de serviços de limpeza em geral, mão-de-obra especializada, conservação, porteiros e jardinagem.”

Nos presentes autos, o CRA argumenta que a atividade da Apelada está contida no campo da atividade profissional do administrador, porque em “seus objetivos sociais, existem atividades típicas de administração. Conforme já informado inicialmente, as empresas que desenvolvem atividades típicas de administrador deverão ser registradas, por força do art. 15 da Lei Federal nº 4.769/65. Ela não pode, em hipótese alguma, eximir-se de uma obrigação legalmente imposta.”.

Porém, a sua irrisignação não deve prosperar, uma vez que a atividade-fim da Apelada é a prestação de serviços de limpeza em geral, não estando inserida nas atividades típicas do administrador.

No mesmo sentido tem decido esta Eg. Corte, conforme os julgados transcritos abaixo, in verbis:

“7.4.2 – Apresentar Atestado/Declaração de registro em órgão de classe, no caso CRA (Conselho Regional de Administração) em nome da Pessoa Jurídica.”

III– DIREITO:

Conforme acima já destacado, consta do edital que é necessário o registro junto ao Conselho Regional de Administração.

Todavia o estabelecido não corresponde à Lei de Licitações, diante do exposto, sendo que esta tem por princípios a isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, probidade administrativa, publicidade e eficiência.

ANTONIO MARCOS DE MELLO DOS SANTOS – TIBAGI
CNPJ: 09.538.695/0001-06
End.: Rua Desembargador Mercer Junior, 1273, Centro, Tibagi – PR CEP 84300-000
Fone: (42) 3275-3121

IV– PEDIDOS:

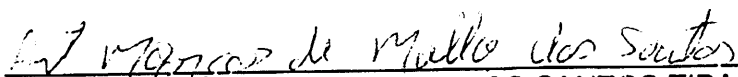
Assim, em face das razões aqui expostas, esta Impugnante, requer, que a presente IMPUGNAÇÃO seja julgada procedente, tendo em vista como já demonstrado a necessidade no registro do referido conselho e a revisão da modalidade aplicada, sendo esta transferida para modalidade eletrônica.

Requer ainda, que seja determinada a republicação do Edital do Pregão em questão, inserindo as alterações aqui pleiteadas, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto, conforme § 4º, do art. 21, da Lei nº 8666/93 e dos arts. 20 e 25 do Decreto nº 10.024/2019.

Nestes termos,

P. deferimento.

Tibagi, 16 de junho de 2021.


ANTONIO MARCOS DE MELLO DOS SANTOS TIBAGI
Antonio Marcos de Mello dos Santos
Sócio Administrador
RG nº 24.636.530-4 SSPPR / CPF nº 766.674.569-91



BETHA SERVIÇOS

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO OFICIAL DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA
PREFEITURA MUNICIPAL IMBAÚ - PR**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2021

BETHA SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 01.256.046/0001-39, com sede no Atalho José Athur Zanlutti, 879, Sertãozinho, Matinhos/PR, CEP 83.260-000, por sua representante, Sra. Maria Bernadete Nareski Blasczyk Daga, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade nº 10.544.572-5 SSP/PR, inscrita no CPF sob nº 063.326.599-39, ao final assinada, com a devida vênia, vem, à presença de Vossa Senhoria, **tempestivamente**, apresentar:

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2021

Com fundamento no art. 18, do Decreto n.º 5.450/2005 c/c item 18 e subitens seguintes do instrumento convocatório impugnando, pelos motivos de fatos e fundamentos a seguir declinados:

1.DOS FATOS

Em síntese, a impugnante tomou conhecimento do Pregão Presencial, regido pelo Edital n.º 39/2021, o qual tem como objetivo a **"Contratação de Serviços Terceirizados de Limpeza interna e externa,** conforme solicitação e Indicação de Recursos das Secretarias solicitantes e nas quantidades do anexo."

Ocorre que, compulsando-se os autos do presente Edital, a empresa impugnante percebeu que a d. Concorrência trouxe, em seu subitem 7.4.2 a exigência de registro no Conselho Regional de Administração, eis seu teor:

"ipsis litteris"

7.4 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

7.4.1...

BETHA SERVIÇOS LTDA
CNPJ. 01.256.046/0001-39
AV. DR. JOSÉ ARTHUR ZANLUTTI, 879 – SERTÃOZINHO – MATINHOS- PR
TEL. 41 3456-2320
E-MAIL: servicosbetha@gmail.com



BETHA SERVIÇOS

7.4.2 – Apresentar Atestado/Declaração de registro em órgão de classe, no caso CRA (Conselho Regional de Administração) em nome da Pessoa Jurídica.

Percebe-se, então, que o órgão inseriu como exigência de qualificação técnica do licitante o registro no Conselho Regional de Administração – CRA. No entanto, tal exigência não possui amparo normativo, na medida em que não encontra-se no rol exaustivo do artigo 30 da lei 8.666/93.

Tal disposição, no entanto, não pode permanecer no instrumento convocatório, sob risco de se incorrer em afronta direta aos princípios norteadores da Lei de Licitações Públicas, conforme restará demonstrado doravante.

2.DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

2.1 Da impugnação ao subitem 7.4.2:

Prefacialmente, é importante esclarecer que a exigência de apresentação de atestado registrado no CRA não está previsto no rol taxativo do artigo 30, da Lei 8.666/93, observe-se:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;



BETHA SERVIÇOS

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

É patente sublinhar, que a exigência imposta no subitem impugnando é para apresentação de atestado registrado no CRA - Conselho Regional de Administração. No entanto, é de convir que não há previsão normativa para que seja apresentado o atestado registrado no CRA.

É de bom alvitre deixar claro, que as exigências para apresentação de atestado estão insculpidas no art. 30 da Lei nº 8.666/93, e são esgotadas nesse dispositivo, sendo defeso aos órgãos e entidades da Administração Pública inovar.

Ademais, é jurisprudência consolidada nos Tribunais pátrios que a exigência de registro do atestado de capacidade técnica no CRA é ilegal, uma vez que não comporta suporte jurídico, senão vejamos:

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. IBAMA. LICITAÇÃO. **EXIGÊNCIA DE ATESTADO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA VISADO PELO CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO. ILEGALIDADE.** REMESSA OFICIAL. 1. Trata-se de mandado de segurança objetivando a reintegração da impetrante no procedimento licitatório, do qual foi afastada, por não apresentar certificados do Conselho Regional de Administração, anulando-se a decisão que a inabilitou na primeira etapa do certame. 2. Aos Conselhos Regionais de Administração compete fiscalizar, na área da respectiva jurisdição, o exercício da profissão de Administrador [art. 8º alínea b, da Lei n.4769/65, com nova redação dada pela Lei n. 7.321/86]. As empresas de serviços de limpeza e conservação não estão obrigadas ao registro no CRA. 3. Remessa oficial não provida.

Além disso, se faz latente demonstrar, que manter a exigência de CRA na licitação para o objeto do presente certame constituiria, inequivocamente, restrição indevida ao caráter competitivo do certame, violando, acintosamente, o Princípio da Ampla Concorrência, disposto no art. 3º da Lei nº 8.666/93, § 1º, I, observe-se:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da



BETHA SERVIÇOS

moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

- admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991

Cumpre revelar, que o artigo 1º da Lei 6.839/1980, cuida do registro das empresas em entidades competentes de fiscalização:

Art. 1º O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros.

Conforme dicção deste dispositivo, compreende-se que somente é exigido realizar o registro nas competentes entidades fiscalizadoras, em relação APENAS às suas atividades básicas ou àquela pela qual prestem serviços a terceiros.

Pois bem, é de bom alvitre ressaltar, que o Superior Tribunal de Justiça atribuiu interpretação restritiva ao dispositivo supracitado. No REsp 932.978/SC, a Corte Superior entendeu que o registro no CRA somente era exigido em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros, e não em relação à atividades secundárias.

É notório, que a inscrição no Conselho Regional de Administração só será obrigatória se a atividade desempenhada pela empresa tiver como escopo principal a exploração da atividade de administrador, quer para a própria atividade da empresa, quer em sede de terceirização do serviço. Somente se a atividade-fim da empresa for administrar.

Não se pode interpretar que, havendo a mera contratação de pessoal, necessariamente haverá a necessidade do profissional de administração para o desempenho da atividade. Aliás, essa

BETHA SERVIÇOS LTDA
CNPJ. 01.256.046/0001-39
AV. DR. JOSÉ ARTHUR ZANLUTTI, 879 – SERTÃOZINHO – MATINHOS- PR
TEL. 41 3456-2320
E-MAIL: servicosbetha@gmail.com





BETHA SERVIÇOS

interpretação seria tão extravagante que adotá-la significaria dizer que praticamente toda e qualquer empresa que tivesse empregados precisaria ser registrada no CRA, independente de sua atividade.

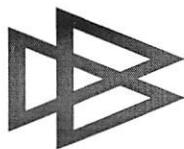
A Corte Suprema de Contas tem se manifestado reiteradamente contrário à exigência de CRA de empresas cujo objeto social constitua prestação de serviços de Segurança e Vigilância Patrimonial, observe-se:

TCU - ACÓRDÃO

ACÓRDÃO 2308/2007 ATA 30 - SEGUNDA CÂMARA [inteiro teor] Relator: AROLDO CEDRAZ - REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO. EXIGÊNCIA DE REGISTRO EM CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO. EXIGÊNCIA DE REGISTRO DE CIPA EM DRT. EXIGÊNCIA DE INSCRIÇÃO NO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR. VEDAÇÃO DE SOMATÓRIO DE ATESTADOS DE DESEMPENHO ANTERIOR. DESCABIMENTO DAS EXIGÊNCIAS E DA VEDAÇÃO. PROCEDÊNCIA PARCIAL. DETERMINAÇÕES. 1. **É inexigível em edital de licitação o registro de empresa prestadora de serviços de vigilância e de portaria em Conselho Regional de Administração.** 2. É inexigível em edital de licitação o cadastramento de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes na Delegacia Regional do Trabalho. 3. É inexigível em edital de licitação a inscrição da empresa no Programa de Alimentação do Trabalhador. 4. É inadmissível cláusula de edital que veda a comprovação de desempenho anterior mediante somatório de atestados. Diário Oficial da União: 30/08/2007 página: 0 28/08/2007

Além da posição firme do STJ e do TCU, cumpre salientar, que este também é entendimento sedimentado pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, o qual, repudia, rigorosamente, a exigência de inscrição no CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO, senão vejamos:

ADMINISTRATIVO. EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL. INSCRIÇÃO NO CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO - CRA. DESNECESSIDADE. 1. Hipótese em que se discute se a autora, empresa que se dedica à prestação de serviços especializados de segurança e vigilância patrimonial, faz jus a que não seja obrigada a manter a inscrição nos quadros do CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO - CRA/PE, bem como que seja cancelada qualquer cobrança relativa à



BETHA SERVIÇOS

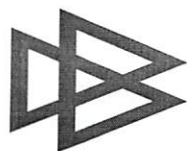
anuidade 2015; 2. A Lei nº 6.839/80 estabelece que as empresas são obrigadas a proceder ao registro nas competentes entidades fiscalizadoras, tão somente em relação à sua atividade básica ou àquela pela qual prestem serviços a terceiros; 3. Na hipótese dos autos, deve a autora registrar-se apenas na entidade fiscalizadora no que atine à sua atividade básica, essencial, não tendo obrigação alguma de se registrar no CRA/PE, pois a sua atividade principal não é a administração de empresas; 4. Apelação e remessa oficial improvidas. (PROCESSO: 08004218220154058300, APELREEX/PE, DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA, 2ª Turma, JULGAMENTO: 29/07/2015, PUBLICAÇÃO.

Portanto, óbice não há quanto ao reconhecimento da ilegalidade de se exigir da licitante, ora impugnante, inscrição no CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO e, ainda, o registrado do atestado de capacidade técnica neste Conselho, pois, visivelmente, sua atividade não é de administração de empresas. Deste modo, por óbvio, o subitem 7.4.2 do Edital impugnando, deve ser excluído, para que seja oportunizado aos licitantes a ampla e leal concorrência, tendo em vista que sua exigência não se sustenta perante o ordenamento jurídico licitatório.

3.DOS PEDIDOS IMPUGNATÓRIOS

Ante o exposto, requer-se o recebimento da petição e o acolhimento da presente IMPUGNAÇÃO, objetivando-se:

Exclusão da exigência indevida de registro no Conselho Regional de Administração – CRA, bem como de apresentar atestado de capacidade técnica devidamente registrado neste mesmo Conselho, previstos no subitem 7.4.2, do Edital n.º 39/2021.



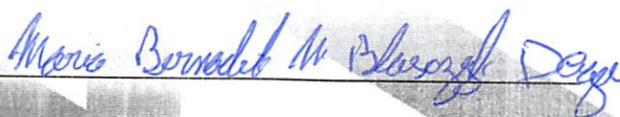
BETHA SERVIÇOS

E assim agindo, estará convicto que os princípios da ampla concorrência e da segurança jurídica foram devidamente respeitados, por ser medida da mais salutar justiça.

Nestes termos,

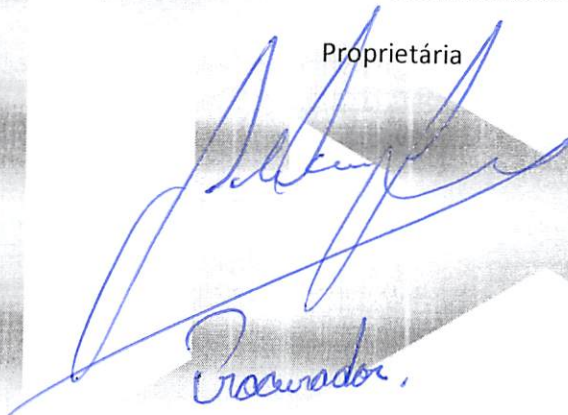
Pede deferimento.

Matinhos, 14 de junho de 2021.



MARIA BERNADETE NARESKI BLASCZYK DAGA

Proprietária



Procurador.

BETHA SERVIÇOS LTDA
NIRE Nº 41208736429
CNPJ Nº 01.256.046/0001-39
PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

1/8

Maria Bernadete Nareski Blasczyk, brasileira, solteira, maior, nascida em 01/03/1994, empresária, portadora da CNH Registro nº 05595113806/DETRAN PR e do CPF nº 063.326.599-39, residente e domiciliada na Rua Bandeirantes, 472, Centro, Matinhos/Pr, CEP 83.260-000, e

Guilherme Daga, brasileiro, solteiro, maior, nascido em 17/01/1993, portador da CNH Registro nº 05222489462/DETRAN PR e do CPF nº 072.347.119-37, residente e domiciliado na Rua Bandeirantes, 472, Centro, Matinhos/Pr, CEP 83.260-000.

Únicos sócios da sociedade empresária limitada que gira nesta praça sob o nome de "BETHA SERVIÇOS LTDA" com sede, foro e domicílio no Atalho Doutor José Arthur Zanlutti, 879, Sertãozinho, Matinhos/Pr, CEP 83.260-000, com contrato social arquivado na Junta Comercial do Paraná sob o NIRE nº 41208736429 de 16/03/2018 e inscrito no CNPJ sob nº 01.256.046/0001-39, resolve por este instrumento particular de contrato, alterar o contrato social sob as condições e cláusulas seguintes:

CLAUSULA 1ª : - ALTERAÇÃO DE DADOS POR CASAMENTO

1 - A qualificação da sócia **Maria Bernadete Nareski Blasczyk**, fica alterada para **Maria Bernadete Nareski Blasczyk Daga**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, maior nascida em 01/03/1994, empresária, portadora da CNH Registro nº 05595113806/DETRAN PR e do CPF nº 063.326.599-39, residente e domiciliada na Rua Bandeirantes, 472, Centro, Matinhos/Pr, CEP 83.260-000

2 - A qualificação do sócio **Guilherme Daga** fica alterado para **Guilherme Daga**, brasileiro, casado sob o regime Parcial de Bens, maior, nascido em 17/01/1993, portador da CNH Registro nº 05222489462/DETRAN PR e do CPF nº 072.347.119-37, residente e domiciliado na Rua Bandeirantes, 472, Centro, Matinhos/Pr, CEP 83.260-000

CLAUSULA 2ª:- CAPITAL SOCIAL

O capital social da empresa que é de R\$ 400.000,00 (Quatrocentos Mil Reais) totalmente integralizado em moeda corrente do País, divididos em 400.000 (quatrocentas mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma, fica elevado para R\$ 600.000,00 (Seiscentos Mil Reais) totalmente integralizado em moeda corrente do



CERTIFICO O REGISTRO EM 04/06/2019 13:52 SOB Nº 20193388288.
PROTOCOLO: 193368269 DE 28/05/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11902531210. NIRE: 41208736429.
BETHA SERVICOS LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 04/06/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

BETHA SERVIÇOS LTDA
NIRE Nº 41208736429
CNPJ Nº 01.256.046/0001-39
PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

2/8

Pais neste ato divididos em 600.000 (Seissentas Mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma, conforme segue:

A sócia Maria Bernadete Nareski Blasczyk Daga, já qualificada, faz um aumento de capital social no valor de R\$ 145.000,00 (Cento e Quarenta e Cinco Mil Reais) com um total de 145.000(Cento e Quarenta e Cinco Mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma, aumento este em moeda corrente do Pais neste ato:

O sócio Guilherme Daga, já qualificado, faz um aumento de capital social no valor de R\$ 55.000,00 (Cinqüenta e Cinco Mil Reais) com um total de 55.000(Cinqüenta e Cinco Mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma, aumento este em moeda corrente do Pais neste ato, ficando o Capital Social assim distribuído entre os sócios:

SÓCIO	QUOTAS	VALOR R\$
Maria Bernadete Nareski Blasczyk Daga	72,5%	R\$ 435.000,00
Guilherme Daga	27.5%	R\$ 165.000,00
TOTAL	100%	R\$ 600.000,00

CLAUSULA 3ª:- DO OBJETO SOCIAL

CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS, COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS, OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO E SINALIZAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS, PINTURA PARA SINALIZAÇÃO EM PISTAS RODOVIÁRIAS E AEROPORTOS, LIMPEZA EM PRÉDIOS E EM DOMICÍLIOS, OBRAS DE TERRAPLANAGEM, TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PROTUDOS PERIGOSOS E MUDANÇAS, MUNICIPAL, ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES, MEDIÇÃO DE CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA, GAS E ÁGUA, COLETA DE RESIDUOS NÃO PERIGOSOS, CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES , EXCETO OBRAS DE IRRIGAÇÃO,EXTRAÇÃO E BRITAMENTO DE PEDRAS E OUTROS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO E BENEFICIAMENTO ASSOCIADO, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE RUAS, LOGRADOUROS, VIAS PÚBLICAS, PARQUE, CAPINA, CAPINAÇÃO, ROÇADAS E VARREÇÃO, PAISAGISMO, LIMPEZA, MANUTENÇÃO, PLANTIO DE JARDINS, SERVIÇOS DE PODA EM LINHAS DE TRANSMISSÃO NA ÁREA RURAL E URBANA, SERVIÇOS DE PODA E PLANTIO DE ÁRVORES NA ÁREA URBANA, COLETA DE RESIDUOS DAS PODAS E LIMPEZAS, COMÉRCIO VAREJISTA DE PLANTAS E FLORES NATURAIS, LIMPEZA DE FACHADAS COM JATEAMENTO DE VAPOR OU ÁGUA, LIXO URBANO, SERVIÇOS DE COLETA DE



CERTIFICO O REGISTRO EM 04/06/2019 13:52 SOB Nº 20193368269.
PROTOCOLO: 193368269 DE 28/05/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11902531216. WKKM: 41208736429.
BETHA SERVIÇOS LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 04/06/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

BETHA SERVIÇOS LTDA
NIRE Nº 41208736429
CNPJ Nº 01.256.046/0001-39
PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

3/8

RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS DE ORIGEM DOMÉSTICA, URBANA OU INDUSTRIAL POR MEIO DE LIXEIRAS, VEÍCULOS OU CAÇAMBAS, LIMPEZA, DISPOSIÇÃO DE LIXO E OUTROS SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO, FORNECIMENTO DE SERVIÇOS COMBINADOS DAS ATIVIDADES DE FORNECIMENTO DE PESSOAL DE APOIO PARA PRESTAR SERVIÇOS EM INSTALAÇÕES PREDIAIS DE CLIENTES, DESENVOLVENDO UMA COMBINAÇÃO DE SERVIÇOS, COMO LIMPEZA GERAL NO INTERIOR DE PRÉDIOS, E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, DISPOSIÇÃO DO LIXO, SERVIÇOS DE RECEPÇÃO, PORTARIA E OUTROS SERVIÇOS RELACIONADOS PARA DAR APOIO A ADMINISTRAÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DOS PRÉDIOS, FORNECIMENTO A EMPRESAS CLIENTES, POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL RECRUTADO E REMUNERADO POR AGÊNCIAS DE TRABALHO TEMPORÁRIO, NAS CONDIÇÕES DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA, ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES, TAIS COMO , BETONEIRAS, TRATORES, ESCAVADORAS, MOTONIVELADORAS, E SIMILARES, LOCAÇÃO DE CAMINHÃO DE CARGA E DESCARGA COM LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA E EQUIPAMENTO DE MOVIMENTAÇÃO AO CONTRATANTE, IMUNIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS, FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE CIMENTO, *fica alterado para:* CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS, COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS, OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO E SINALIZAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS, PINTURA PARA SINALIZAÇÃO EM PISTAS RODOVIÁRIAS E AEROPORTOS, LIMPEZA EM PRÉDIOS E EM DOMÍLIOS, OBRAS DE TERRAPLANAGEM, TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PROTUDOS PERIGOSOS E MUDANÇAS, MUNICIPAL, ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES, MEDIÇÃO DE CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA, GAS E ÁGUA, COLETA DE RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS, CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES , EXCETO OBRAS DE IRRIGAÇÃO, EXTRAÇÃO E BRITAMENTO DE PEDRAS E OUTROS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO E BENEFICIAMENTO ASSOCIADO, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE RUAS, LOGRADOUROS, VIAS PÚBLICAS, PARQUE, CAPINA, CAPINAÇÃO, ROÇADAS E VARREÇÃO, PAISAGISMO, LIMPEZA, MANUTENÇÃO, PLANTIO DE JARDINS, SERVIÇOS DE PODA EM LINHAS DE TRANSMISSÃO NA ÁREA RURAL E URBANA, SERVIÇOS DE PODA E PLANTIO DE ÁRVORES NA ÁREA URBANA, COLETA DE RESÍDUOS DAS PODAS E LIMPEZAS, COMÉRCIO VAREJISTA DE



CERTIFICO O REGISTRO EM 04/06/2019 13:52 SOB Nº 20193368269.
PROTOCOLO: 193368269 DE 28/05/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11902531216. NIRE: 41208736429.
BETHA SERVIÇOS LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCIAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 04/06/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

BETHA SERVIÇOS LTDA
NIRE Nº 41208736429
CNPJ Nº 01.256.046/0001-39
PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

4/8

PLANTAS E FLORES NATURAIS, LIMPEZA DE FACHADAS COM JATEAMENTO DE VAPOR OU ÁGUA, LIXO URBANO, SERVIÇOS DE COLETA DE RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS DE ORIGEM DOMÉSTICA, URBANA OU INDUSTRIAL POR MEIO DE LIXEIRAS, VEÍCULOS OU CAÇAMBAS, LIMPEZA, DISPOSIÇÃO DE LIXO E OUTROS SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO, FORNECIMENTO DE SERVIÇOS COMBINADOS DAS ATIVIDADES DE FORNECIMENTO DE PESSOAL DE APOIO PARA PRESTAR SERVIÇOS EM INSTALAÇÕES PREDIAIS DE CLIENTES, DESENVOLVENDO UMA COMBINAÇÃO DE SERVIÇOS, COMO LIMPEZA GERAL NO INTERIOR DE PRÉDIOS, E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, DISPOSIÇÃO DO LIXO, SERVIÇOS DE RECEPÇÃO, PORTARIA E OUTROS SERVIÇOS RELACIONADOS PARA DAR APOIO A ADMINISTRAÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DOS PRÉDIOS, FORNECIMENTO A EMPRESAS CLIENTES, POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL RECRUTADO E REMUNERADO POR AGÊNCIAS DE TRABALHO TEMPORÁRIO, NAS CONDIÇÕES DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA, ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES, TAIS COMO, BETONEIRAS, TRATORES, ESCAVADORAS, MOTONIVELADORAS, E SIMILARES, LOCAÇÃO DE CAMINHÃO DE CARGA E DESCARGA COM LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA E EQUIPAMENTO DE MOVIMENTAÇÃO AO CONTRATANTE, FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE CIMENTO, COMERCIO VAREJISTA DE ANIMAIS VIVOS E ALIMENTOS PARA ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA:-DA CONSOLIDAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO

Em razão das modificações contratuais dos atos constitutivos da sociedade, ocorridas pelos termos das alterações contratuais, os sócios **RESOLVEM** proceder a **CONSOLIDAÇÃO** de seu contrato social e posteriores alterações mediante as cláusulas e condições já ajustadas como expressadas neste instrumento e naquelas anteriormente arquivados, passando o Contrato Social a vigorar com a seguinte redação:

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO
BETHA SERVIÇOS LTDA
NIRE Nº 41208736429
CNPJ Nº 01.256.046/0001-39



CERTIFICO O REGISTRO EM 04/06/2019 13:52 SOB Nº 20193369269.
PROTOCOLO: 193369269 DE 28/05/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11902831216. NIRE: 41208736429.
BETHA SERVIÇOS LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL DISCALA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 04/06/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

BETHA SERVIÇOS LTDA
NIRE Nº 41208736429
CNPJ Nº 01.256.046/0001-39
PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

5/8

Maria Bernadete Nareski Blasczyk Daga, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, maior nascida em 01/03/1994, empresária, portadora da CNH Registro nº 05595113806/DETRAN PR e do CPF nº 063.326.599-39, residente e domiciliada na Rua Bandeirantes, 472, Centro, Matinhos/Pr, CEP 83.260-000, e

Guilherme Daga, brasileiro, casado sob o regime Parcial de Bens, maior, nascido em 17/01/1993, portador da CNH Registro nº 05222489462/DETRAN PR e do CPF nº 072.347.119-37, residente e domiciliado na Rua Bandeirantes, 472, Centro, Matinhos/Pr, CEP 83.260-000.

Únicos sócios da sociedade empresária limitada que gira nesta praça sob o nome de **"BETHA SERVIÇOS LTDA"** com sede, foro e domicílio no Atalho Doutor José Arthur Zanlutti, 879, Sertãozinho, Matinhos/Pr, CEP 83.260-000, inscrito no CNPJ sob nº 01.256.046/0001-39, resolve por este instrumento particular de contrato, consolidar o contrato social sob as condições e cláusulas seguintes

CLÁUSULA 1ª - A empresa gira sob a razão social de **BETHA SERVIÇOS LTDA**, com sede no Atalho Doutor José Arthur Zanlutti, 879, Sertãozinho, Matinhos/Pr, CEP 83.260-000

Parágrafo Único:- podendo, a qualquer tempo, a critério de seu titular, abrir ou fechar filiais, em qualquer parte do território nacional.

Cláusula 2ª - DO OBJETO SOCIAL

A empresa tem por objeto o ramo de :

CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS, COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS, OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO E SINALIZAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS, PINTURA PARA SINALIZAÇÃO EM PISTAS RODOVIÁRIAS E AEROPORTOS, LIMPEZA EM PRÉDIOS E EM DOMICÍLIOS, OBRAS DE TERRAPLANAGEM, TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PROTUDOS PERIGOSOS E MUDANÇAS, MUNICIPAL, ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES, MEDIÇÃO DE CONSUMO DE ENERGIA



CERTIFICO O REGISTRO EM 04/06/2019 13:52 SOB Nº 20193368269.
PROTOCOLO: 193368269 DE 28/05/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11902531216. NIRE: 41208736429.
BETHA SERVICOS LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 04/06/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

BETHA SERVIÇOS LTDA
NIRE Nº 41208736429
CNPJ Nº 01.256.046/0001-39
PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

6/8

ELÉTRICA, GAS E ÁGUA, COLETA DE RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS, CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES , EXCETO OBRAS DE IRRIGAÇÃO, EXTRAÇÃO E BRITAMENTO DE PEDRAS E OUTROS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO E BENEFICIAMENTO ASSOCIADO, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE RUAS, LOGRADOUROS, VIAS PÚBLICAS, PARQUE, CAPINA, CAPINAÇÃO, ROÇADAS E VARREÇÃO, PAISAGISMO, LIMPEZA, MANUTENÇÃO, PLANTIO DE JARDINS, SERVIÇOS DE PODA EM LINHAS DE TRANSMISSÃO NA ÁREA RURAL E URBANA, SERVIÇOS DE PODA E PLANTIO DE ÁRVORES NA ÁREA URBANA, COLETA DE RESÍDUOS DAS PODAS E LIMPEZAS, COMÉRCIO VAREJISTA DE PLANTAS E FLORES NATURAIS, LIMPEZA DE FACHADAS COM JATEAMENTO DE VAPOR OU ÁGUA, LIXO URBANO, SERVIÇOS DE COLETA DE RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS DE ORIGEM DOMÉSTICA, URBANA OU INDUSTRIAL POR MEIO DE LIXEIRAS, VEÍCULOS OU CAÇAMBAS, LIMPEZA, DISPOSIÇÃO DE LIXO E OUTROS SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO, FORNECIMENTO DE SERVIÇOS COMBINADOS DAS ATIVIDADES DE FORNECIMENTO DE PESSOAL DE APOIO PARA PRESTAR SERVIÇOS EM INSTALAÇÕES PREDIAIS DE CLIENTES, DESENVOLVENDO UMA COMBINAÇÃO DE SERVIÇOS, COMO LIMPEZA GERAL NO INTERIOR DE PRÉDIOS, E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, DISPOSIÇÃO DO LIXO, SERVIÇOS DE RECEPÇÃO, PORTARIA E OUTROS SERVIÇOS RELACIONADOS PARA DAR APOIO A ADMINISTRAÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DOS PRÉDIOS, FORNECIMENTO A EMPRESAS CLIENTES, POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL RECRUTADO E REMUNERADO POR AGÊNCIAS DE TRABALHO TEMPORÁRIO, NAS CONDIÇÕES DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA, ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES, TAIS COMO , BETONEIRAS, TRATORES, ESCAVADORAS, MOTONIVELADORAS, E SIMILARES, LOCAÇÃO DE CAMINHÃO DE CARGA E DESCARGA COM LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA E EQUIPAMENTO DE MOVIMENTAÇÃO AO CONTRATANTE, FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE CIMENTO, COMERCIO VAREJISTA DE ANIMAIS VIVOS E ALIMENTOS PARA ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO

Cláusula 3ª - DATA DE INÍCIO

A empresa iniciou suas atividades em 27/05/1996 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

Cláusula 4ª - DO CAPITAL SOCIAL



CERTIFICO O REGISTRO EM 04/06/2019 13:52 SOB Nº 20193368269.
PROTOCOLO: 193368269 DE 28/05/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11902531216. NIRE: 41208736429.
BETHA SERVICOS LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 04/06/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

BETHA SERVIÇOS LTDA
NIRE Nº 41208736429
CNPJ Nº 01.256.046/0001-39
PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

7/8

O capital social da empresa é de R\$ 600.000,00 (Seiscentos Mil Reais) dividido em 600.000 (Seiscentos Mil) quotas, no valor de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma, subscritas e já integralizadas em moeda corrente do País, distribuído da seguinte forma:

Sócios	Participação	Valor R\$
Maria Bernadete Nareski Blasczyk Daga	72,5%	R\$ 435.000,00
Guilherme Daga	27,5%	R\$ 165.000,00
Total	100%	R\$ 600.000,00

Cláusula 5ª - DA ADMINISTRAÇÃO

Fica investido na função de administradora da empresa, a sócia administradora **Maria Bernadete Nareski Blasczyk Daga**, a quem compete privativa e individualmente o uso da firma e a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial da sociedade, sendo-lhe, entretanto vedado o seu emprego, sob qualquer pretexto ou modalidade, em operações ou negócios estranhos ao objeto social, especialmente a prestação de avais, endossos, fianças ou cauções de favor, que representará a sociedade ativa ou passivamente, judicial e extrajudicialmente, sendo a responsabilidade do titular, limitado ao capital integralizado.

Cláusula 6ª - DO EXERCÍCIO SOCIAL

O término de cada exercício social será encerrado em 31 de dezembro do ano civil, com a apresentação do balanço patrimonial e resultado econômico do ano fiscal.

Cláusula 7ª - DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

A administradora declara, sob as penas da Lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por Lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos: ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA 8ª- MICRO EMPRESA

Declara para efeitos de enquadramento como MICROEMPRESA que o valor da receita bruta anual da empresa não excederá, no ano da constituição, o limite fixado no inciso



CERTIFICO O REGISTRO EM 04/06/2019 13:52 SOB Nº 20193368269.
PROTOCOLO: 195368269 DE 28/05/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11902531216. NIRE: 41208736429.
BETHA SERVICOS LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 04/06/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

BETHA SERVIÇOS LTDA
NIRE Nº 41208736429
CNPJ Nº 01.256.046/0001-39
PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

8/8

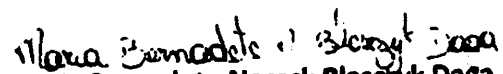
I do art. 2º da Lei Federal nº 9841 de 05/10/99, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no art. 3º daquela Lei.

Cláusula 9ª - DO FORO

Fica eleito o foro de Matinhos/Pr, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato

Os sócios assinam o presente instrumento em apenas 1 (uma) via do presente contrato

Matinhos/Pr, 27 de Maio de 2019


Maria Bernadete Naresk Blaszyk Daga.


Guilherme Daga.



CERTIFICO O REGISTRO EM 04/06/2019 13:52 SOB Nº 20193368269.
PROTOCOLO: 193368269 DE 28/05/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11902531216. NIRE: 41208736429.
BETHA SERVICOS LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 04/06/2019
www.empresafacil.pr.gov.br



SelecRehZ.okGLt.X6dev, Controle: 3uc6A.m9ktU
Consulte esse selo em <http://Anarpen.com.br>
Reconheço por Verdadeira as assinaturas de GUILHERME DAGA e MARIA
BERNARDETE NARESKI BLASZYK DAGA, Dou P4. 0030.
Matinhos-PR, 28 de maio de 2019.
Em Teste 11 da Verdade
Ana Cristina Leite Marques Burch - Agente Delegada



CERTIFICO O REGISTRO EM 04/06/2019 13:52 SOB N° 20193368269.
PROTOCOLO: 193368269 DE 28/05/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11902531216. NIRE: 41208736429.
BETHA SERVICOS LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 04/06/2019
www.empresafacil.pr.gov.br